



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 018/2011

SÚMULA: Declara de utilidade pública estadual o Centro de Assistência Social Maria Imaculada, com sede e foro no Município de Jaguariaíva.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual o Centro de Assistência Social Maria Imaculada, com sede e foro no Município de Jaguariaíva.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Comissões, em 23 de maio de 2011.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 023/2011

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação da Terceira Idade São Vicente de Paula, com sede e foro no Município de Reserva.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação da Terceira Idade São Vicente de Paula, com sede e foro no Município de Reserva.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 075/2011

Súmula: Dispõe sobre a responsabilidade da destinação dos medicamentos em desuso no Estado do Paraná e seus procedimentos.

Art. 1º - Todo o resíduo contendo substâncias químicas ou biológicas que sejam produtos hormonais, antimicrobianos, citostáticos, antineoplásicos, imunossuppressores, digitálicos, imunomoduladores, anti-retrovirais, antiinflamatórios, corticóides, e seus derivados, em especial e todos os demais medicamentos de uso humano ou veterinário, deverá ter seu descarte e destinação final conforme a presente lei.

Art.2º - As empresas fabricantes, importadoras, distribuidoras ou revendedoras de produtos descritos no artigo 1º da presente lei, ficam responsáveis em dar a destinação adequada a esses produtos, mediante procedimentos de coleta, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final.

Parágrafo único – as empresas descritas no *caput* deste artigo ainda devem prestar assistência aos estabelecimentos que comercializam ou distribuem estes produtos.

Art. 3º - Os estabelecimentos que comercializam ou distribuem os produtos mencionados no art. 1º desta lei, incluindo neste rol as farmácias, farmácias de manipulação, farmácias veterinárias e lojas de produtos animais que comercializarem medicamentos, os postos de saúde, os hospitais, as clínicas e os consultórios sejam eles médicos ou odontológicos, os hospitais, clínicas e consultórios veterinários, os laboratórios de exames clínicos, e qualquer outro estabelecimento que comercialize ou distribua remédios, mesmo que seja de forma gratuita, como a distribuição de amostras grátis, ficam obrigados a aceitar a devolução das unidades usadas, vencidas, inservíveis, cujas características sejam similares àquelas comercializadas ou distribuídas por estes estabelecimentos.

Art. 4º - Os medicamentos, ou produtos recebidos na forma do artigo anterior, serão acondicionadas adequadamente e armazenadas de forma segregada, obedecendo-se as recomendações definidas pelos fabricantes ou importadores quanto aos mecanismos operacionais para a coleta, transporte e armazenamento, bem como as normas ambientais e de saúde pertinentes, devendo ser processadas de forma tecnicamente segura e adequada até que seja feito o repasse para os distribuidores, fabricantes ou importadores.

Art. 5º - Após a entrega, pelos usuários, dos medicamentos aos estabelecimentos que os comercializam ou que os distribuam, informarão às empresas distribuidoras e revendedoras, ou as fábricas ou importadoras, a lista de produtos que demandam destinação final, a fim de que sejam tomadas as medidas determinadas pela presente lei.

Parágrafo Único - No prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da informação de que trata o *caput* deste artigo, os responsáveis, nos termos desta lei, providenciarão o recolhimento dos produtos para a destinação final aplicável a cada caso.

Art. 6º - Ficam proibidas as seguintes formas de destinação final dos produtos que trata a presente lei:

I - Lançamento *in natura* a céu aberto, tanto em áreas urbanas quanto rurais.

II - Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações ou equipamentos não adequados, conforme legislação vigente.

III - Lançamento em corpos d'água, manguezais, praias, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas naturais ou artificiais, em redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, eletricidade, telefone, gás natural ou de televisão a cabo, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas a inundações;

IV - em aterros sanitários que não sejam de classe I (aterro de resíduos perigosos)

V - lançados na rede de esgoto.

Art. 7º - A desobediência ou a inobservância de quaisquer dispositivos desta lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - advertência por escrito, notificando o infrator para sanar a irregularidade no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação, sob pena de multa.

II - não sanada a irregularidade, será aplicada multa no valor de R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), reajustáveis anualmente pelo índice de variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor);

III - em caso de reincidência, a multa prevista no inciso anterior será aplicada em dobro;

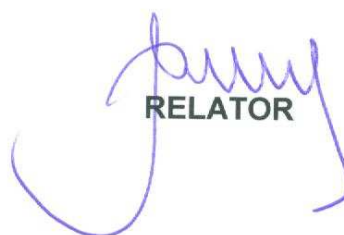
IV - persistindo a irregularidade, mesmo após a imposição de multa em dobro, será aplicada multa pecuniária diária de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) a R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) até o cumprimento integral do presente diploma legal.

Art. 8º - O Poder Executivo Regulamentará a presente lei em até 60 (sessenta) dias.

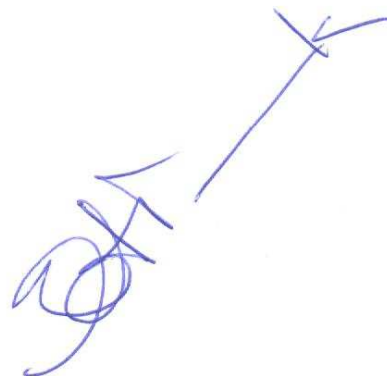
Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões,


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR







COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei n° 153/2011

SÚMULA: Declara de utilidade pública estadual a Associação de Moradores das Vilas São Miguel e São Jorge, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação de Moradores das Vilas São Miguel e São Jorge, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Comissões, em 23 de maio de 2011.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Resolução nº 017/11

Ementa: Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de abril de 2011. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

Art. 1º - Fica aprovado a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de abril de 2011.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2011.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D.L.

Fle. 01

PROJETO DE LEI 062/11

A Deputada Estadual, **CANTORA MARA LIMA**, infra-assinada, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná o seguinte projeto de lei:

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 21 FEV. 2011

Mant
1º Secretário

SÚMULA

Dispõe sobre a inserção de textos referentes aos direitos da criança e do adolescente em impressos emitidos pelos órgãos públicos estaduais, conforme especifica.

Art. 1º. Os impressos emitidos pelos órgãos públicos estaduais deverão constar frases ou textos referentes aos direitos da criança e do adolescente, extraídos ou concernentes ao Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput deste artigo, entende-se por impressos: multas, notificações, impostos, taxas, contribuições de melhorias e todos aqueles destinados à comunicação social através de divulgação das ações de governo e de utilidade pública.

Art. 2º. A forma de inserção das frases ou textos nos impressos será determinada pelos órgãos responsáveis pela produção do material.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 2011.


CANTORA MARA LIMA
Deputada Estadual

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ	
PROTOCOLO Nº	3598
EM	22/02/11
_____ FUNCIONÁRIO	

14:57 21/02/2011 000352 DPR ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA

No ano de 2010 o Estatuto da Criança e do Adolescente completou 20 anos de existência, estabelecendo proteção à criança e ao adolescente sem distinção de qualquer natureza, garantindo-lhes inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, enfim, além dos direitos comuns a todo cidadão, assegura direitos especiais decorrentes da condição de desenvolvimento pessoal e social deste público. Este é o momento oportuno de utilizar as comemorações em torno desta data e refletir sobre os desafios que ainda persistem e projetar novas propostas.

Sem dúvida houve grandes avanços no entender e agir dos indivíduos quanto ao tratamento das crianças e dos adolescentes, mas infelizmente continuamos acompanhado reportagens da violação destes direitos, já não sendo raras as notícias de abuso sexual infantil, trabalho de menores, violência física - que por vezes ocasionam o óbito da vítima, enfim, esta proposta de inserir textos ou frases referentes aos direitos da criança e do adolescente em impressos emitidos pelos órgãos públicos estaduais busca a conscientização que crianças são indivíduos vulneráveis e sobretudo, como disposto no artigo 70 do Estatuto da Criança e do Adolescente: "É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente".

Ao elaborar esta proposta de lei, tomamos o cuidado em não criar atividades extraordinárias ou gerar despesas extras aos órgãos, tendo em vista que os impressos a serem incluídos as frases ou textos, são materiais com gastos já previstos, dando autonomia ao órgão expedidor para escolher a melhor forma de inseri-los. Temos consciência que esta é uma proposta que aparentemente parece simples, mas são propostas assim que garantem o efetivo funcionamento de uma lei, além de firmar que mais um passo está sendo dado na consolidação da proteção destes indivíduos.

A seguir seguem algumas frases e textos extraídos do Estatuto da Criança e do Adolescente para exemplificação:

"É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária".

"Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais".

"Os estabelecimentos de atendimento à saúde deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente".



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D.L.
Fla. 03

"A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis".

"É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor".

"É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz".

"É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente".

"A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento".

"A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho".



**PROJETO DE LEI Nº. 062/2011 – AUTORA: DEPUTADA CANTORA MARA LIMA
– DISPÕE SOBRE A INSERÇÃO DE TEXTOS REFERENTES AOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM IMPRESSOS EMITIDOS PELOS ÓRGÃOS
PÚBLICOS ESTADUAIS, CONFORME ESPECIFICA.**

RELATOR: DEPUTADO TADEU VENERI

SÚMULA: *Dispões sobre a inserção de textos referentes aos direitos da criança e do adolescente em impressos emitidos pelos órgãos públicos estaduais, conforme especifica.*

EMENTA: INSERÇÃO TEXTO
INFORMATIVO IMPRESSOS OFICIAIS.
ART. 70, ECA. ART. 66, IV,
CONSTITUIÇÃO ESTADO DO PARANÁ.
POSSIBILIDADE. APROVAÇÃO.

Síntese:

O Projeto de Lei nº. 062/2011 dispõe sobre a inserção de frases ou textos relacionados aos direitos da criança e do adolescente, extraídos ou concernentes ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, conforme especifica o artigo 1º.

O parágrafo único do art. 1º. define que as frases ou textos deverão ser impressos em multas, notificações, impostos, taxas, contribuições de melhorias e todos aqueles destinados à comunicação social através de divulgação de ações de governo e de utilidade pública.

O art. 2º do Projeto de Lei define ainda que a forma de inserção das frases ou textos nos impressos será determinada pelos



órgãos responsáveis pela produção do material, facultando, portanto, aos órgãos públicos responsáveis pelos impressos governamentais estaduais a melhor forma e diagramação para inserir as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Tramitação:

O Projeto de Lei foi distribuído a este Relator no dia 30 de março de 2011, e a análise prévia de natureza consultiva elaborada pela equipe técnica da Comissão de Constituição e Justiça opinou pela não aprovação do texto legal e conseqüente não prosseguimento do trâmite legislativo.

Fundamentação:

O Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe no seu art. 33, §2º, I, que à Comissão de Constituição e Justiça compete analisar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade e a técnica legislativa do Projeto de Lei proposto.

O Projeto de Lei de autoria da Deputada Cantora Mara Lima visa criar determinação ao Poder Executivo para que através dos órgãos da administração direta e indireta aproveite os impressos das comunicações oficiais aos contribuintes e usuários dos serviços públicos em geral para veicular frases ou textos que divulguem o conteúdo do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990).

A Constituição da República dispõe que compete à União e aos Estados legislar concorrentemente sobre a *proteção à infância e à juventude*, conforme art. 24, inciso XV.



Desta forma, o Estado detém competência para legislar sobre a divulgação de informações visando à proteção das crianças e adolescentes, como se propõe no Projeto de Lei.

Entendo que a obrigação de impressão de frases ou textos informativos tem respaldo legal.

O artigo 70 do Estatuto da Criança e do Adolescente estipula que *é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente*. É claro em dispor que todos, inclusive os Estados-membros devem mover ações para prevenção de ameaças ou violações.

A questão principal reside, mais uma vez, na possibilidade da propositura de iniciativa de lei, ou de mensagem, por membro da Assembleia Legislativa para prerrogativa de legislar matéria que vise melhorar determinada política pública.

Entendo que esta análise deve ser feita casualmente, ou seja, comparando as disposições de cada projeto de lei submetido à Comissão de Constituição e Justiça com a legislação federal e estadual vigente, com foco na constitucionalidade, legalidade, legitimidade e a técnica legislativa como citado acima (art. 33, §2º, Regimento Interno).

A Constituição do Estado do Paraná dispõe no art. 66 que compete privativamente ao Governador do Estado dispor sobre a criação de novas atribuições às Secretarias de Estado. E também privativamente ao Governador exercer a *direção superior da administração estadual*, pelo seu art. 87, inciso III. Nestes termos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:
(...)



IV – criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

III – exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual.

Entretanto, a criação da obrigação de veicular mensagens educativas nos impressos governamentais não usurpa a competência do Exmo. Governador do Estado na definição de atribuições das Secretarias e igualmente não interfere na direção superior do Estado do Paraná.

Ao contrário, inclui uma atividade que visa melhorar a política pública de proteção às crianças e adolescentes, que atualmente é desenvolvida pela Secretaria de Estado da Criança e da Juventude (SECJ).

A interpretação da palavra *atribuição* do inciso IV, art. 66, da Constituição Estadual deve ser feita conforme os princípios e normas que regem todo o texto constitucional estadual.

A criação da obrigação de veiculação nos impressos e propaganda oficiais não criará nova atribuição e igualmente não pretende usurpar a competência privativa do Governador em dirigir as Secretarias de Estado.

Faz-se, por fim, importante ressaltar que a disciplina por lei e programa federal não impede o tratamento da matéria pelo Estado do Paraná, complementarmente.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Desta forma, diante da existência da constitucionalidade, adequação à legislação vigente e à técnica legislativa, **voto pela aprovação do Projeto de Lei nº. 062/11 pela Comissão de Constituição e Justiça.**

Sala das Comissões, 04 de abril de 2011.

Deputado Tadeu Veneri
Relator



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 062/11

Autoria: Dep. Cantora Mara Lima

Relatora: Dep. Luciana Rafagnin

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epigrafado de autoria da Deputada Cantora Mara Lima dispõe sobre a inserção de textos referentes aos direitos da criança e do adolescente em impressos emitidos pelos órgãos públicos estaduais.

Em sua justificativa a autora menciona buscar, por meio da proposta, a conscientização sobre a vulnerabilidade das crianças, haja vista os frequentes casos de violência que continuam sendo praticados.

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça obtendo parecer favorável pela constitucionalidade e legalidade.

O Projeto de Lei apresentado pela Deputada Cantora Mara Lima objetiva dar maior visibilidade ao Estatuto da Criança e do Adolescente, através das inserções propostas. Por abordar questões referentes aos direitos da criança e do adolescente o projeto contribui ao proposto no artigo 227 da Constituição Federal que determina ser de responsabilidade de todos — família, sociedade e Estado — manter as crianças e adolescentes salvos de todos os meios de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.



Também o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 70, menciona que prevenir a ocorrência de ameaças ou qualquer tipo de violação de direitos da criança e do adolescente é dever de todos e em seu artigo 88, VI determina a mobilização da opinião pública como diretriz para a política de atendimento a essa camada da sociedade.

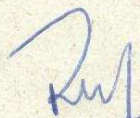
Nesse contexto, já que compete a todos a proteção à infância e à adolescência, a possibilidade de inserir textos que mencionem seus direitos nas publicações concernentes ao Estado é uma ação concreta e possível que parte do legislativo estadual.

III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar, conforme preceitua o § 15º, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso **parecer é favorável** à tramitação do Projeto de Lei 062/11, ressaltando que a iniciativa contribuirá na diminuição da violência contra as crianças e adolescentes de nosso Estado, bem como ampliará o conhecimento de nossa população no que diz respeito à legislação em vigência.

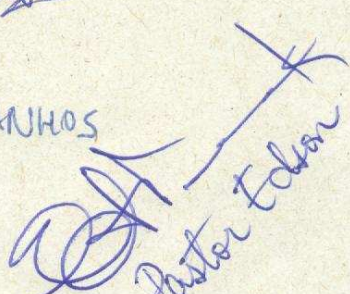
Sala de Reunião das Comissões, 29 de abril de 2011.


DEP. LUCIANA RAFAGNIN
RELATORA


ROSELINO


MARC LIMA


PARANHOS


Pastor Edson



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 062/2011

Autoria: Dep. Cantora Mara Lima

Relatoria: Dep. Pr. Edson Praczyk

SÚMULA: Dispõe sobre a inserção de textos referentes aos direitos da criança e do adolescente em impressos emitidos pelos órgãos públicos estaduais, conforme especifica.

I – SÍNTESE:

O presente projeto de lei, de autoria da Exma. Deputada Estadual Cantora Mara Lima, tem por finalidade a inserção de textos referentes aos direitos da criança e do adolescente em impressos emitidos pelos órgãos públicos estaduais.

II – FUNDAMENTAÇÃO:

Conforme o que dispõe a Constituição Federal em seu artigo 277, observa-se que é dever da família, da sociedade, bem como do Estado assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes.

Nesse mesmo entendimento, vale destacar que a Constituição do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Estado do Paraná, em seus artigos 165 e 216, reafirma o mesmo posicionamento.

Além de destacar a importância dos direitos fundamentais da Criança e do Adolescente em espécie, enquanto grupo que goza de especial proteção, a Constituição previu que os direitos fundamentais da criança e do adolescente terão *prioridade absoluta*.

A amplitude da proteção constitucional do direito da criança e do adolescente, notadamente com a instituição da norma que prevê a sua prioridade absoluta, trás em seu bojo vários desafios à teoria e à prática constitucional brasileira.

Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, que criou um sistema nacional de garantia de direitos da Criança e do Adolescente acompanhada de uma política nacional, os desafios trazidos pela doutrina da proteção integral e pelo princípio da prioridade absoluta se ampliaram, especialmente com a previsão do seu art. 4º que pretendia conformar este princípio constitucional, *in verbis*:

“Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;*
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;*
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;*
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.”*

Diante do exposto, ressalta-se que esta proposta de inserir textos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

ou frases referentes aos direitos da criança e do adolescente em impressos emitidos pelos órgãos públicos estaduais, visa a conscientização de que as crianças são indivíduos vulneráveis e, portanto, precisam constantemente de políticas que ampliem e divulguem seus direitos.

III – CONCLUSÃO:

Dessa forma, esta relatoria se manifesta pela **APROVAÇÃO** e, consequente, tramitação do presente Projeto de Lei.

Conforme dispõe o artigo 43 §2º do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. Parecer é o pronunciamento de comissões sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo.

§ 2º Os pareceres serão redigidos por escrito, em termos explícitos, sobre conveniência da aprovação ou da rejeição da matéria a que se reportem e terminarão por conclusões sintéticas (grifo nosso).

Sala das Comissões, 16 de maio de 2011.


TADEU VENERI
PRESIDENTE


PR. EDSON PRACZYK
RELATOR


ROSE HIRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D.L.

Fls. 01

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 06 ABR. 2011

Decreta:

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 302/11

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o GRUPO DE ESCOTEIRO VERDE CANÇÃO, com sede e foro na Cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06/04/2011

Evandro Junior

Justificativa:

O referido projeto de lei tem por objetivo declarar de utilidade pública o Grupo de Escoteiro Verde Canção, com sede e foro no Município de Maringá – PR, entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal contribuir para que os jovens assumam o próprio desenvolvimento, especialmente do caráter, ajudando-os a realizar plenamente suas potencialidades físicas, intelectuais, sociais, afetivas e espirituais, como cidadãos responsáveis, participativos e úteis em suas comunidades.

A aprovação do presente projeto permitirá à entidade requerer recursos oriundos dos poderes Públicos, o que facilitará a execução de seus objetivos, sendo assim, pede o apoio dos nobres parlamentares desta Casa.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 302/2011

Projeto de Lei nº. 302/2011

Autor: Deputado Estadual Evandro Junior

Súmula: Declara de Utilidade Pública o **GRUPO DE ESCOTEIRO VERDE CANÇÃO**, com sede e foro na Cidade de Maringá, Estado do Paraná.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Evandro Junior, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **GRUPO DE ESCOTEIRO VERDE CANÇÃO**, com sede e foro no Município de Maringá, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

No entanto, tendo em vista que o nome correto da Associação que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual é "**GRUPO DE ESCOTEIRO VERDE CANÇÃO – 047/PR**", consoante o respectivo Estatuto Social, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com a finalidade de adequar o nome da mesma constante na Súmula e no artigo 1º, com fulcro no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** na forma da **Emenda Modificativa** em anexo.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 2011.




DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE




DEPUTADO DUILIO GENARI

RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba – Paraná





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 302/11

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

"Súmula: Declara de Utilidade Pública o GRUPO DE ESCOTEIRO VERDE CANÇÃO – 047/PR, com sede e foro na Cidade de Maringá, Estado do Paraná.

"

"Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o GRUPO DE ESCOTEIRO VERDE CANÇÃO – 047/PR, com sede e foro na Cidade de Maringá, Estado do Paraná".

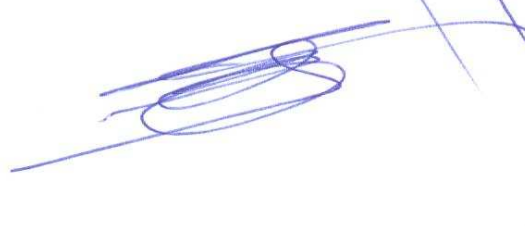



Sala das Comissões, em 17 de maio de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO DUÍLIO GENARI

RELATOR





Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba – Paraná